

**NOTA TÉCNICA DA COALIZÃO
NEGRA POR DIREITOS
AOS MECANISMOS NACIONAIS
E INTERNACIONAIS DE DEFESA
DE DIREITOS: PERFILAMENTO
RACIAL DAS FORÇAS
DE SEGURANÇA PÚBLICA**



A escravização de milhões de africanos e de afro-descendentes no Brasil que aconteceu por quase quatrocentos anos é considerada o maior deslocamento forçado da era moderna.

De acordo com os dados do SlaveVoyages¹, um portal colaborativo que contém registros detalhados sobre o tráfico transatlântico, o século XVI até a segunda metade de século XIX cerca de 12 milhões de pessoas, na sua maioria jovens e crianças, foram sequestradas, transformadas em mercadorias, submetidas à longa travessia transatlântica e tiveram seus corpos exibidos e vendidos nos mercados escravistas.

No contexto da Diáspora Africana, as vítimas da escravidão e seus descendentes, geraram as riquezas das colônias, e das suas metrópoles, entretanto, os seus benefícios desse trabalho estes jamais usufruíram.

No final do século XIX, com o fim do tráfico transatlântico consolidado, a desumanização da população negra foi atualizada, através das teorias eugenistas.

Estas teorias deram os fundamentos para a espoliação das riquezas do continente Africano pelas colônias européias no século XX.

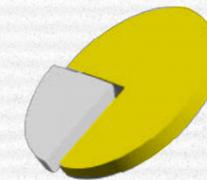
Baseadas na hierarquização de seres humanos, utilizando para este fim o uso de parâmetros antropométricos e biológicos de indivíduos e grupos étnicos raciais, e colocando no topo da escala hierárquica a população europeia, as teorias eugenistas reforçaram os ideais de supremacia racial e moral da população branca tão presentes na atualidade, mesmo com o descrédito dos seus fundamentos teóricos. A população negra, por outro lado, era considerada com baixa capacidade intelectual e de moral degenerada e, portanto, com forte tendência à criminalidade.

A teoria eugenista contaminou as estruturas das instituições públicas brasileiras e influenciou a produção de leis com o objetivo de segregar, vigiar e excluir as pessoas negras do convívio social, submetendo-os à violência dos agentes públicos que estão cada vez mais presentes no dia a dia desta população, através do perfilamento racial. Com isso, o acesso à cidadania plena continua a ser um projeto inconcluso para a população afrodescendente em toda a Diáspora².

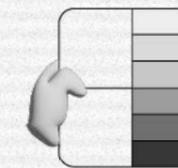
A população negra, embora majoritária no país, cerca de 56% da população, segundo o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, enfrenta empecilhos provocados pelo racismo em todas as dimensões de seu cotidiano.

Os resultados da recente pesquisa “Percepções sobre o Racismo no Brasil⁴, realizada pelo Instituto de Referência Negra Peregum, IPEC e Action Aid, demonstram que a maioria da população brasileira não tem dúvidas de que existe racismo no Brasil⁴ e que este é um fator de risco para a população negra:



Pessoas negras e pessoas brancas são tratadas de formas diferentes pelas polícias, 84% concordam (totalmente e em parte);

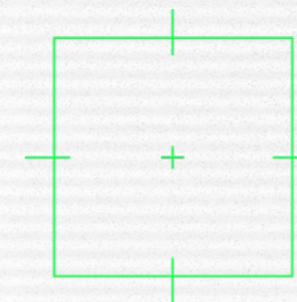


A abordagem policial é baseada na cor da pele, no tipo de cabelo e de vestimenta das pessoas, 79% (totalmente e em parte)



Pessoas negras são mais criminalizadas e punidas do que as pessoas brancas, 88% (totalmente e em parte)

A pesquisa: Periferia, racismo e violência (2020)⁵, concluiu que:



Apenas **5% dos brasileiros**, de todas as classes e raças, dizem acreditar que a **polícia não é racista**.

4 em cada 10 brasileiros periféricos já foram vítimas de violência policial, seja desrespeito, agressão verbal, agressão física ou extorsão.

56% afirmaram que já sentiram medo ao ver ou interagir com policiais em situações cotidianas.

52% veem a corporação como muito racista. Entre os negros, esse dado é ainda maior (60%).

A ascensão de governos de extrema direita no período de 2016 a 2022, introduziu uma agenda política com discurso de ódio racial e de perseguições aos grupos marginalizados. Esta política teve apoio dos setores militares e foi, sem dúvidas, um dos fatores que provocou o aumento da violência e letalidade das forças policiais contra estas populações.

Não foi à toa que à partir deste período observamos o aumento das operações policiais nas favelas e comunidades carentes, desrespeitando determinação do Supremo Tribunal Federal, a ADPF 635 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental)⁶, que proibia as intervenções de forças policiais nas comunidades pobres durante a pandemia. Esta ilegalidade por parte das polícias produziu o aumento das execuções sumárias, principalmente de crianças e jovens negros e tornou as chacinas frequentes nestes territórios.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023⁷, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com os dados sobre letalidade policial em 2022, não deixa dúvidas quanto à dimensão da barbárie a qual a população afrodescendente é submetida no Brasil:

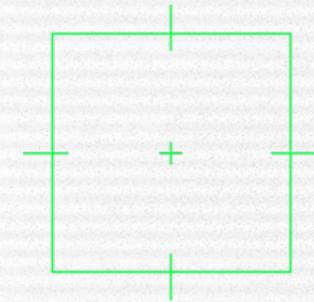
6.429 vítimas da letalidade da polícia brasileira com média de 17 mortes por dia;

83% dos mortos eram pessoas negras e 76% tinham entre 12 e 29 anos;

Taxa de 3,2 mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP) por 100 mil habitantes:

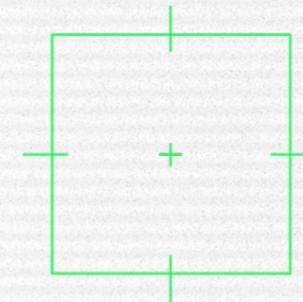
Amapá repete o ano anterior como o Estado com a mais alta taxa de letalidade policial do país: 16,6; seguido por Bahia: 10,4 e Rio de Janeiro 8,3;

Aumento das taxas de injúria racial (que cresceu



32,3%) e racismo (que cresceu 67%), denotando o aumento da demanda por acesso ao direito à não-discriminação.

Crescimento de 0,9% na taxa de pessoas privadas de liberdade; em números absolutos são 832.295 pessoas com a sua liberdade cerceada e sob a tutela do Estado;



Perfil das pessoas com privação de liberdade: jovens de até 29 anos (43,1%), negros (68,2%);

12.154 crianças e adolescentes cumpriam medida no sistema socioeducativo no formato fechado.

Os movimentos sociais negros denunciam que o perfilamento racial anti-negro tem ramificações nos sistemas de justiça, pois é explícita a desproporcionalidade nas condenações deste sistema em relação às pessoas negras, quando comparadas com pessoas brancas submetidas aos mesmos delitos⁵. É a mão pesada das cortes de justiça brasileiras em relação à população negra que levam milhares de crianças e adolescentes à privação de liberdade⁸. Este mesmo sistema de justiça não dá respostas à sociedade em relação aos assassinatos frequentes de defensores dos direitos humanos, geralmente pessoas negras que atuam nas regiões rurais, comunidades remanescentes de quilombos, assentados e áreas onde são realizados extrativismo. O assassinato de mãe Maria Bernadete Pacífico, liderança religiosa e quilombola, em 17 de agosto de 2023, no estado da Bahia, provocou forte indignação dos movimentos sociais negros.

O Reconhecimento Facial, e outras tecnologias que utilizam dados antropométricos para identificação, monitoramento e rastreamento de pessoas reproduzem as teorias eugenistas⁹.

Estas tecnologias, na maioria das vezes, realizam a coleta de dados biométricos sem autorização dos indivíduos, violando a privacidade e as liberdades individuais e de grupos. Outra grave denúncia a

respeito das tecnologias de RF são os erros frequentes na identificação de suspeitos por crimes. Em alguns casos estas falhas na identificação chegam a ultrapassar 70%.

O monitoramento de áreas públicas no período de 2012 a 2020 mostrou que as polícias realizaram 90 prisões injustas e que 81% das prisões eram de pessoas negras.

Em Salvador, capital do estado da Bahia, as câmeras de RF estão sendo utilizadas no monitoramento dos foliões durante o carnaval¹⁰. Entretanto, a baixa eficiência do sistema, aliada às arbitrariedades dos agentes de segurança pública, têm provocado inúmeras prisões arbitrárias com consequências nefastas, tanto para estas pessoas que são injustamente privadas de liberdade, quanto para as suas famílias. Não é raro que nestes contextos, as famílias entrem em situação de pobreza extrema, pois perdem a renda pela prisão do provedor ou provedora.

O RF também é utilizado por empresas de segurança privada, porém os dados biométricos utilizados não são monitorados pelo Estado e uma iniciativa mundial propõe o banimento desta e de outras tecnologias que utilizam o reconhecimento biométrico de pessoas¹¹.

Conclusões

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, os dados de 2022 sobre letalidade das polícias brasileiras mostrou um crescimento contínuo de mortes em todo o país nos últimos anos. As forças policiais são as responsáveis por parcela significativa dos registros de mortes que ocorrem de forma violenta e intencional no país.

Estes registros têm fortes indícios de práticas de execuções sumárias, embora os boletins de ocorrência registrem que as mortes foram em decorrência de ações em confronto⁹.

No primeiro semestre de 2023 o Brasil registrou um aumento significativo da letalidade policial o que provocou, mais uma vez, a mobilização de vários setores dos movimentos sociais, em especial os movimentos de vítimas, familiares e mães da violência do estado e movimento social negro que têm denunciado as frequentes execuções sumárias de crianças e jovens, negras em sua maioria, que residem nas comunidades pobres e desassistidas das cidades.

Diante de mais esta situação de extrema violência, os movimentos sociais têm realizado ações de acolhimento das mães e familiares das vítimas, realizado protestos para denunciar estas mortes que são muitas vezes defendidas e/ou referendadas pelos governadores, além de exigirem ações concretas do poder público para cessarem esta política de mortes, abrirem investigações de órgãos que tenham isonomia das polícias e lutar para que os familiares das vítimas recebam o amparo jurídico e sejam indenizadas pelo Estado.

O Reconhecimento Facial, e outras tecnologias que utilizam a coleta de dados biométricos, estão sendo denunciadas por possuírem caráter eugenista, onde as principais vítimas do monitoramento e violações dos direitos individuais são pessoas afrodescendentes. Portanto, existe um forte apelo global para o seu banimento.

A campanha “Não ao Perfilamento Racial de Afrodescendentes no Brasil” representa uma importante ferramenta onde serão realizadas mobilizações e incidências para denunciar a letalidade policial e o encarceramento em massa de jovens negros baseado no perfilamento racial. Além disso, incluiremos em nossa campanha denúncias sobre o caráter racializado e eugenista por trás das tecnologias que utilizam dados biométricos para a identificação de pessoas.

Referências

1. <https://www.slavevoyages.org/voyage/database>
2. <https://www.genome.gov/about-genomics/fact-sheets/Eugenics-and-Scientific-Racism>
3. <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=2>
4. <https://peregum.org.br/2023/08/02/pesquisa-percepcoes-sobre-o-racismo-do-instituto-de-referencia-negra-peregum-e-projeto-seta-e-divulgada-na-imprensa-nacional/>
5. <https://pt.slideshare.net/ILocomotiva/periferia-racismo-e-violencia>
6. ADPF das Favelas: <https://www.adpfdasfavelas.org/>
7. <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>
8. Tese: Rés negras, juízes brancos <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3640>
9. <https://revistaafirmativa.com.br/reconhecimento-facial-prisoas-no-carnaval-reacendem-o-debate-de-uma-tecnologia-com-altas-taxas-de-erros/>
10. <https://news.un.org/pt/story/2021/09/1763212>
11. <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/policial-chacina-guaruja-matou-homem-mesmo-local-10-anos>

